

## O QUE HÁ DE CRÍTICO NA TEORIA CRÍTICA, MAIS UMA VEZ: TEORIA CRÍTICA, ETNOCENTRISMO, SEXISMO E RACISMO

Arnold Lorenzo Farr <sup>1</sup>

### Resumo

O objetivo do artigo é examinar algumas das fraquezas da teoria crítica com relação a raça e gênero, assim como criticar as limitações da teoria crítica oriundas do seu etnocentrismo. Nele o autor defende o retorno ao engajamento mais profundo com a amplitude de teorias e movimentos sociais, políticos e emancipatórios contemporâneos tal como vimos na primeira geração da Escola de Frankfurt. Como caso exemplar, ele mostra que a omissão de Angela Davis da história da teoria crítica indica o grau em que mesmo a teoria crítica é assombrada pelo racismo, etnocentrismo e sexismo. Estas insuficiências da teoria crítica tornam necessário revisitar a teoria crítica mais uma vez, levando adiante a provocação feita por Nancy Fraser em seu ensaio intitulado "O que é crítico na Teoria Crítica?". Como resultado da argumentação, o autor sugere que uma nova teoria crítica, que coloque Herbert Marcuse e Angela Davis em contato com outras teorias recentes, conduziria a formas mais frutíferas de teoria crítica que ajudariam a superar as preocupações unidimensionais da teoria crítica tradicional.

**Palavras-chave:** Racismo, Etnocentrismo e Sexismo, Teoria Crítica, Herbert Marcuse, Angela Davis.

## WHAT'S CRITICAL ABOUT CRITICAL THEORY AGAIN? CRITICAL THEORY, ETHNOCENTRISM, SEXISM AND RACISM

### Abstract

The purpose of the article is to examine some of the weaknesses of critical theory with regard to race and gender, as well as to critique the limitations of critical theory stemming from its ethnocentrism. In it the author argues for a return to the deeper engagement with the breadth of contemporary social, political, and emancipatory theories and movements as seen in the first generation of the Frankfurt School. As a case in point, he shows that Angela Davis' omission from the history of critical theory indicates the degree to which even critical theory is haunted by racism, ethnocentrism, and sexism. These shortcomings of critical theory make it necessary to revisit critical theory once again, carrying forward the provocation made by Nancy Fraser in her essay entitled "What's Critical About Critical Theory?". As a result of the argument, the author suggests that a new critical theory, which brings Herbert Marcuse and Angela Davis into contact with other recent theories, would lead to more fruitful forms of critical theory

<sup>1</sup> Arnold L. Farr recebeu seu Doutorado em Filosofia pela Universidade de Kentucky e é professor do Departamento de Filosofia da Universidade de Kentucky - Lexington, Estados Unidos. Farr também é Fundador da Sociedade Internacional Herbert Marcuse.



that would help overcome the one-dimensional concerns of traditional critical theory.

**Keywords:** Racism, Ethnocentrism and Sexism; Critical Theory; Herbert Marcuse, Angela Davis.

## 1. Introdução

Em 1995, a teórica e crítica feminista Nancy Fraser publicou um ensaio intitulado "O que é crítico na Teoria Crítica?". O ensaio de Fraser era uma crítica da omissão feita por Habermas da crítica do sexismo e do patriarcado na sua forma de teoria crítica. Em 2001, William S. Wilkerson e Jeffrey Paris editaram e publicaram o livro *New Critical Theory*. Os ensaios deste livro eram tentativas de resgatar aquilo que os autores consideravam como o impulso crítico agonizante da teoria crítica, redespertar a teoria crítica da escola de Frankfurt e colocar a teoria crítica em diálogo com os movimentos emancipatórios mais recentes, do pós-modernismo à teoria *queer*<sup>1</sup>. Desde então, inúmeras sessões de conferências nos Estados Unidos têm sido dedicadas à nova teoria crítica. Também tem havido uma tentativa de retorno à teoria crítica primordial da Escola de Frankfurt devido ao que alguns acreditam ser um apaziguamento do impulso crítico nos trabalhos da segunda geração dos teóricos críticos, tais como Habermas, e da terceira geração de teóricos críticos, como Axel Honneth. Alguns também têm sugerido que a teoria crítica da Escola de Frankfurt focou na injustiça econômica ao preço de muitas outras lutas sociais importantes. Finalmente, em uma era repleta de múltiplas formas de lutas sociais ao redor do globo, há quem argumente que a teoria crítica e sua análise dessas lutas sociais são limitadas por seu etnocentrismo.

Estes eventos e publicações indicam um espírito de descontentamento entre os teóricos críticos contemporâneos e os estudantes da teoria crítica. Ao longo desse texto eu examino algumas das fraquezas da teoria crítica com relação a raça e gênero, assim como critico as limitações da teoria crítica oriundas do seu etnocentrismo. Do mesmo modo como muitos teóricos críticos recentes, eu defendo o retorno à Escola de Frankfurt aliado a um engajamento mais profundo com a amplitude de teorias e movimentos sociais, políticos e emancipatórios contemporâneos. Eu também me contraponho a uma história da teoria crítica que tem deixado de fora as contribuições de Angela Davis, estudante exemplar de Herbert Marcuse. A omissão de Angela Davis da história da teoria crítica indica o grau em que mesmo a teoria crítica é assombrada pelo racismo, etnocentrismo e sexismo. Isso também sugere que a teoria crítica, até certo ponto, virou as costas para a práxis. Estas insuficiências da teoria crítica tornam necessário visitar a questão levantada por Fraser em 1995. Eu concluo com a sugestão de que uma nova teoria crítica, que coloque Marcuse e Angela Davis em contato com outras teorias recentes, conduziria a uma forma mais

<sup>1</sup> Eu realizei uma tentativa similar, em 2009, no meu livro *Critical Theory and Democratic Vision: Herbert Marcuse and Recent Liberation Philosophies*.



frutífera de teoria crítica e ajudaria a superar as preocupações unidimensionais da teoria crítica tradicional.

## 2. O programa original da Teoria Crítica

Qualquer tentativa de usar, empregar, aprimorar ou criticar a teoria crítica exige uma compreensão clara do que é a teoria crítica, assim como o seu funcionamento. Esta exigência é bastante simples por um lado, ainda que não tão simples por outro. É simples no que tange à teoria crítica como uma forma de teoria que ambiciona pela unidade da teoria e da prática com um interesse emancipatório. Contudo, o escopo da teoria não é tão fácil de definir. Este é o ponto do ensaio de Fraser. É importante citá-lo por extenso aqui. Ela escreve:

Para o meu entendimento, ninguém melhorou ainda a definição da teoria crítica, feita por Marx em 1843, como “o auto-esclarecimento das lutas e aspirações de uma época”. O que é tão interessante sobre essa definição é seu caráter político explícito. Ela não reivindica nenhum status epistemológico especial, bem ao contrário ela assume que, concernente às justificativas, não há diferenças filosóficas interessantes entre uma teoria crítica da sociedade e uma acrítica. No entanto, há, de acordo com essa definição, uma diferença política importante. Uma teoria crítica da sociedade delinea o seu programa de pesquisa e seu arcabouço conceitual com um olho atento aos objetivos e atividades daqueles movimentos sociais de oposição com os quais ela possui uma identificação partidária, embora não acrítica. As questões que ela levanta e os modelos que ela desenvolve são nutridos por essa identificação e interesse. Assim, por exemplo, se as lutas que contestam a subordinação das mulheres figuram entre as mais significativas de uma determinada época, por consequência a teoria crítica buscaria naquele momento, entre outras coisas, lançar luz sobre o caráter e as bases dessa subordinação. Ela se utilizaria de categorias e modelos explicativos que revelariam, ao invés de obstruir, as relações de predomínio masculino e submissão feminina. E ela ainda desmistificaria como ideológicas quaisquer abordagens contrárias que ofuscassem ou racionalizassem essas relações. Nesse contexto, então, um dos padrões para avaliar a teoria crítica, uma vez que ela já tenha sido sujeita a todos os testes empíricos de adequação usuais, seria: Quão bem ela teoriza a situação e os prognósticos do movimento feminista? Até que ponto ela ajuda a produzir o auto-esclarecimento a respeito das lutas e desejos das mulheres hodiernas. (FRASER, 1995, p. 21-22)

Há muitas coisas importantes postuladas nessa longa passagem. Algumas delas eu quero examinar mais detidamente, as quais guiarão a nossa investigação. Eu também me voltarei para alguns outros questionamentos a respeito do propósito da teoria crítica feitos por Horkheimer e Marcuse. De partida, é interessante notar que Fraser retorna à Marx para buscar uma definição de teoria crítica. Ela está em boa companhia, pois, Marcuse frequentemente definia o projeto de Marx como teoria crítica. Portanto, pode-se

dizer que a Escola de Frankfurt não se via tanto como fundadora da teoria crítica, mas muito mais como continuadora desta. Contudo, como o excerto de Fraser e seu ensaio indicam, esse desenvolvimento ulterior permaneceu refém de um quadro estreito de questões que limitou a análise da realidade social e das lutas sociais. Por esta razão, Fraser simplesmente mira em uma das lutas sociais omitidas ao definir o projeto da teoria crítica. A citação de Marx ocorre dentro de um escopo de conflitos por justiça econômica ao passo em que Fraser opta por aproximar a tarefa da teoria crítica ao movimento feminista. Assim, há uma mudança de perspectiva no ponto em que o mesmo método da teoria crítica é aplicado em diferentes contextos.

A teoria crítica da Escola de Frankfurt orienta-se ao redor de um escopo marxiano/marxista da luta de classes e da injustiça econômica. Ela expande a perspectiva marxiana ao introduzir a psicanálise como uma de suas ferramentas principais na investigação dos mecanismos psicológicos pelos quais a classe trabalhadora é levada a se identificar com seus governantes. Ela também traz em sua caixa de ferramentas teóricas a pesquisa realizada nas ciências sociais, assim como a filosofia. Por fim, há um movimento para além da mera economia política rumo a uma crítica mais profunda dos mecanismos de dominação política e cultural. Entretanto, a força motriz continua sendo a crítica da economia política e a luta de classes. Esse foco na economia política reflete-se em ensaios programáticos de Horkheimer e Marcuse. Em "Teoria tradicional e teoria crítica" Horkheimer escreve:

Dessa forma a teoria crítica da sociedade inicia com a ideia da troca de mercadorias simples e define a ideia com o auxílio de conceitos relativamente universais. Ela então avança, usando todo o conhecimento disponível e se apropriando de material conveniente provindo da pesquisa de outros campos, assim como de pesquisas especializadas. Sem negar seus próprios princípios, conforme estabelecidos pela disciplina especial da economia política, a teoria apresenta como uma economia de troca, dada a condição do homem (a qual, decerto, muda quando sob a influência de tal economia), deve necessariamente conduzir a um agravamento das tensões sociais, as quais no momento histórico presente desembocam em guerras e revoluções. (HORKHEIMER, 1972, p. 226).

Enquanto essa passagem sugere que a teoria crítica é interdisciplinar em sua abordagem, pois, lança mão de materiais oriundos de uma ampla variedade de disciplinas especializadas, ainda retrata o foco de sua pesquisa na exploração e dominação econômicas. Marcuse assume uma posição similar. Ele escreve:

Na convicção de seus fundadores, a teoria crítica da sociedade é essencialmente ligada ao materialismo. Isso não significa que ela eleva a si própria como sistema filosófico em oposição a outros sistemas filosóficos. A teoria da sociedade constitui-se em uma abordagem econômica, não em um sistema filosófico. Há dois elementos básicos que ligam o materialismo à teoria social correta: a preocupação com a felicidade humana e a convicção de que esta

só pode ser alcançada através de uma transformação radical das condições materiais de existência. (MARCUSE, 1969, p. 135)

Pouco antes da passagem supracitada, Marcuse havia destacado:

A filosofia aparece dentro dos conceitos econômicos da teoria materialista, sendo que cada qual vai além do conceito econômico do tipo utilizado pela economia enquanto disciplina acadêmica. Ela se faz presente mais por conta da aspiração da teoria em explicar a totalidade do homem e seu mundo em termos de seu ser social. Ainda assim, seria falso por conta disso reduzir esses conceitos ao âmbito filosófico. Ao contrário, os conteúdos filosóficos relevantes para a teoria devem ser inferidos da estrutura econômica. (MARCUSE, 1969, p. 134-135).

Enquanto o materialismo histórico se apresenta como uma teoria social concreta, ele implica uma forma de abstração que precisamos submeter à crítica aqui. Os excertos de Horkheimer e Marcuse mencionados acima implicam uma abstração ou uma forma de reducionismo. O conceito de materialismo ou materialidade é reduzido à materialidade das relações econômicas. Isso não é errado, apenas demasiado restritivo. É verdade que a Escola de Frankfurt visou ultrapassar o Marxismo tradicional ao ampliar a sua crítica da dominação capitalista para além do mero econômico com o fito de incluir os âmbitos político e cultural. O problema que estou tentando pontuar é que mesmo essa inclusão do político e do cultural estava limitada à dominação econômica. Como resultado, há uma negligência de muitas outras formas de dominação nas quais os seres humanos sofrem nas mãos de outros seres humanos. Por exemplo, como podemos desenvolver uma teoria crítica social que lide adequadamente com a dominação nas formas do racismo, sexismo, homofobia, etc.?

Eu proponho aqui que alguém ainda poderia desenvolver uma teoria crítica, dentro do escopo do materialismo histórico, não reduzida à crítica da esfera econômica. O contexto da luta social e suas múltiplas formas na atualidade exige uma nova compreensão do materialismo e das relações materiais. O equívoco da Escola de Frankfurt foi ter permanecido aprisionada dentro da estrutura filosófica ocidental/etnocêntrica do sujeito descorporificado. Para ser justo, a Escola de Frankfurt estava ciente desse problema e ofereceu críticas dessas noções vazias de subjetividade. Entretanto, ela não foi longe o suficiente. Se seu sujeito humano fosse corporificado seria na forma do homem branco da classe trabalhadora. Portanto, sua crítica da dominação dos seres humanos por outros seres humanos permaneceu enjaulada no arcabouço das relações econômicas. A multiplicidade atual das lutas sociais contra a dominação sugere que a dominação econômica é uma entre tantas outras formas de opressão.

Uma nova compreensão do materialismo ou da materialidade nos colocaria em uma posição passível de evitar o reducionismo econômico tanto quanto o etnocentrismo. Nesse ponto eu quero repensar o conceito de materialismo assim como o conceito de classe. Decerto, repensar um conduz



naturalmente a repensar o outro. Essa nova abordagem do materialismo e da classe é consistente com o programa original da teoria crítica, mas evita seu etnocentrismo e outras limitações. As obras de Charles Mills e Stanley Aronowitz têm sido de grande ajuda para repensar o materialismo e, não apenas classe, mas o processo de formação de classe. Mills e Aronowitz estão ambos preocupados com as oportunidades perdidas para a realização da revolução e da mudança social, acarretadas pela unilateralidade do Marxismo e pela falha do Marxismo em lidar de modo apropriado com os problemas relativos à raça, gênero e sexualidade.

Exatamente do mesmo modo como tantas filosofias ocidentais acabam por tratar os seres humanos como algo abstrato, máquinas pensantes descorporificadas, o Marxismo tem se constituído na tendência de reduzir a pessoa humana a um mero ser econômico. Novamente, mesmo as análises políticas e culturais da Escola de Frankfurt foram realizadas em uma perspectiva predominantemente econômica. De qualquer modo, devemos manter em mente que seu projeto foi interrompido pelo antisemitismo e pela ascensão do Nazismo na Alemanha. Esses eventos forçaram uma saída da caixa econômica em um pequeno, mas perceptível, grau. Meu ponto principal é que no Marxismo e na Escola de Frankfurt a consciência acerca de um sujeito corporificado é apenas parcial. Os teóricos críticos do racismo, as feministas e os teóricos *queer* tentaram nos fazer pensar de modo muito mais profundo acerca da corporificação. Charles Mills contribuiu grandemente com esse projeto dentro do contexto do Marxismo. Em seu livro *From Class to Race: Essays in White Marxism and Black Radicalism* Mills oferece uma nova definição do materialismo que supera as deficiências do Marxismo e da teoria crítica da Escola de Frankfurt. Mills escreve:

Aqueles que buscam salvaguardar o Marxismo e apresentar a noção de raça em uma síntese de um "sistema múltiplo" poderiam argumentar, igualmente, que na medida em que a raça no período moderno é profundamente atrelada a benefícios e desvantagens, com privilégio estrutural e exploração, ela precisa ser teorizada como "material" também. O modelo esboçado aqui poderia então fornecer o escopo para um materialismo histórico expandido que incorpore as materialidades (sociais) de gênero e raça de um modo que o modelo de Cohen, o qual restringe o material às forças (associais) de produção, indiscutivelmente não alcança. A resolução do significado do "material" no "materialismo histórico" teria então provado ser, de fato, uma questão muito material. (MILLS, 2003, p. 55-56).

Em um contexto puramente Marxista, pode-se enxergar como os indivíduos são socialmente situados em termos de riqueza, pobreza e recursos materiais em geral. No entanto, existem marcadores identitários que, embora possam ser socialmente construídos, desempenham um papel na forma como somos socialmente situados. Alguém poderia objetar que, tendo em vista que a noção de raça é um construto social, ela não é real. Isso é falso na medida em que as pessoas são identificadas e tratadas de acordo com categorias raciais.

Nos EUA, o movimento Black Lives Matters é uma resposta à dolorosa realidade racial. A materialidade de alguém, a forma de corporeidade de alguém, faz com que este alguém seja mais suscetível a se tornar uma vítima da brutalidade policial do que aqueles enquadrados em uma forma de corporeidade diferente. O corpo negro é mais provável de estar situado em vizinhanças pobres com escolas muito sucateadas. Nas faculdades e nos campi de universidades ao longo dos EUA, um homem negro no campus é mais propenso a ser tomado por um cozinheiro ou zelador ou talvez um estudante não convencional do que um professor. O ponto destacado por Mills é o de que as formas de corporeidade, ou a materialidade de alguém, estão atreladas a consequências sociais reais. Por consequência, o materialismo histórico deve levar em consideração as formas múltiplas de materialidade com as quais convivemos e o modo pelo qual somos situados socialmente com base nessa materialidade.

Essa forma revisada do materialismo histórico é ainda mais tencionada pela noção revisionista de classe no trabalho de Stanley Aronowitz. O conceito de classe reformulado por Aronowitz foi antecipado por Herbert Marcuse em seu *Paris Lectures*, de 1974, e em uma fala intitulada "The Reification of the Proletariat" proferida na American Philosophical Association em 1978. Em ambos os trabalhos, assim como em alguns outros textos, Marcuse defende que a noção de classe se tornou mais complicada do que era no momento em que Marx escrevia. Ele reconhece que a classe dirigente é capaz de se dividir em diversos subgrupos, porém, nota que ainda mais importante é o fato de que a classe trabalhadora também está mais complexa. A classe trabalhadora não é mais constituída meramente por operários braçais da indústria, mas também pelos trabalhadores administrativos profissionalizados. Assim como Aronowitz, Marcuse também reconhece uma cisão racial na classe trabalhadora. No livro *Paris Lectures*, Marcuse vê a ampliação da classe trabalhadora e o antagonismo entre o trabalho desempenhado por brancos e aquele realizado por negros como um desafio futuro para a revolta contra o capitalismo (MARCUSE, 2015, p. 67). Ele indica que qualquer revolta bem-sucedida contra o capitalismo deve encarar esse problema.

A obra de Stanley Aronowitz é, em alguns aspectos, uma resposta para ao menos um dos problemas apresentados por Marcuse. A maior causa da falência dos movimentos progressistas é a recusa pelos membros desses movimentos em entender a causa comum que eles compartilham com outros movimentos progressistas. Aronowitz discute as diversas oportunidades que os movimentos de trabalhadores brancos tiveram para unir forças com o movimento de trabalhadores negros ou o movimento de direitos civis. O racismo de membros do movimento trabalhista alijou o sucesso potencial do movimento. Aronowitz propõe uma nova concepção de classe que ajudaria a superar as barreiras entre os vários movimentos progressistas. O conceito de classe que tem sido manejado desde Marx até a Escola de Frankfurt não é mais útil para uma teoria social crítica das sociedades contemporâneas. Mais do que falar sobre classe como se fosse uma posição social estática, Aronowitz prefere a linguagem da formação de classe. Esse termo captura a fluidez da classe e aponta para uma grande consciência histórica. O autor escreve:



Classes são históricas e seus efeitos estão interligados à sua historicidade. Afirmar que as classes são históricas significa que suas posições se alteram em cada nível da estrutura social – tanto grupos dirigentes quanto grupos subordinados. As classes são formadas quando perfazem diferenças históricas. Em um período os militares estão integrados nos círculos governantes e, por um período, podem partilhar o domínio; em outro, são nitidamente subordinados aos dirigentes econômicos e políticos. (ARONOWITZ, 2003, p. 38).

De acordo com Aronowitz, a atenção deveria recair sobre as lutas históricas envolvidas na formação de classes mais do que simplesmente nas lutas de classe (Ibid., p. 40). Em cada nível social as classes são maleáveis e estão interligadas de modo interessante. Uma das características principais da dominação de classe que não é totalmente teorizada no Marxismo, nem na teoria crítica da Escola de Frankfurt, é o poder. Aronowitz discute a formação de classe em relação ao que ele chama de blocos de poder. A questão, então, diz respeito a com qual grupo está o poder de interferir na história e nos arranjos sociais. A luta pela formação de classes é um conflito pelo poder de dar forma à realidade social e ao futuro. Esse foco em blocos de poder é importante na medida em que exige uma crítica do etnocentrismo, do racismo, do sexismo, da homofobia e da exploração econômica visto que diversos grupos sociais podem estar subordinados ao mesmo bloco de poder. De fato, estes blocos de poder funcionam de tal forma que impedem a unificação de vários grupos sociais subordinados. Eu retomarei esse problema mais adiante. Para o momento, devemos explorar um pouco mais esta ideia de formação social e poder. Aronowitz comenta:

Por “formação social” eu me refiro não apenas ao domínio econômico, mas aos domínios cultural e político também. Conforme abundantes escritos na tradição Marxista demonstraram, as relações econômicas, políticas e culturais estão inextricavelmente conectadas ao ponto em que o isolamento de uma em relação às outras sempre representa uma redução teórica, cuja consequência é induzir alguns a separar classe de movimentos sociais. As relações sociais foram alteradas significativamente quando os afro-americanos armaram um movimento de massa que, aliado a frações de intelectuais brancos, estudantes, alas progressistas da organização sindical e organizações liberais, conseguiu derrubar importantes barreiras da segregação nas esferas públicas e apagar as leis Jim Crow no Sul, que lhes negavam o direito de voto, condenavam suas escolas a um crônico problema de subfinanciamento e barravam-lhes a admissão em faculdades e universidades estaduais. Em resumo, a luta pela liberdade negra esteve em mudança cotidiana do mesmo modo como as relações legais. Apesar dessas vitórias, nas quais os direitos civis são um importante aspecto, o bloco de poder sulista não foi aniquilado. Pelo fato de os americanos medirem o progresso não tanto pela renda, mas principalmente pelo acréscimo de poder social, ainda que tantos tenham conseguido escapar da pobreza, ao menos pelos



padrões estabelecidos pelo governo federal, a posição econômica e política dos negros deteriorou desde o começo dos anos 1970. (ARONOWITZ, 2003, p. 39).

No parágrafo subsequente a essa passagem, Aronowitz critica o movimento trabalhista por não lidar com a questão racial. Embora a luta pela liberdade negra tenha incluído muitas pessoas brancas que se solidarizavam com os negros oprimidos, ainda havia uma falha na criação de uma coalizão de grupos oprimidos com o crivo de dismantelar o bloco de poder que administrava o sistema de opressão sob o qual todos estes grupos sofriam. Aronowitz aponta que, mesmo embora muito tenha sido alcançado através da luta pela liberdade negra, o bloco de poder sulista nunca chegou a ser completamente derrotado. Eu adicionaria que o bloco de poder do norte também não chegou a ser vencido, pois o norte dos EUA também é racista. O fato de que ainda hoje precisamos do movimento Black Lives Matter como uma resposta à discriminação racial e ao assassinato e brutalização de negros pela polícia, concomitante com a grande pobreza e alta taxa de desemprego entre os negros, indica que o bloco de poder que foi confrontado pelo movimento negro nos anos 1950 e 1960 ainda não foi derrotado. Uma nova teoria crítica deve enfrentar a classe dirigente criando as condições teóricas para a coalizão dos grupos sociais oprimidos. Eu ainda voltarei a esse tópico em uma seção posterior.

Em outra afirmação a respeito da função da teoria crítica, Marcuse argumenta que qualquer teoria crítica da sociedade deverá confrontar-se com o problema da objetividade histórica. Esse problema implica julgamentos de valores tais como se a vida humana vale ser vivida ou se ela deve ser levada a valer a pena e se temos na sociedade as possibilidades específicas para a melhora na vida humana (MARCUSE, 1966, p. x). Uma das questões principais que norteia a teoria crítica social é como a sociedade deveria utilizar os seus recursos materiais e intelectuais visando o “desenvolvimento ideal e satisfação das necessidades e faculdades individuais com um mínimo de esforço e miséria?” (Ibid., p. xi)

A ideia de que a teoria crítica deveria avaliar os usos que a sociedade faz de suas forças materiais e intelectuais, com o propósito de ajudar os indivíduos a alcançarem um desenvolvimento ideal e a satisfação das necessidades, é bastante importante e fornece a base para uma nova orientação da teoria crítica, a qual ainda incluiria uma crítica da economia política, mas indo muito além desta.

### **3. As limitações etnocêntricas da teoria crítica e as lutas democráticas contemporâneas**

Na seção precedente eu argumentei que a teoria crítica da Escola de Frankfurt se tornou um tanto quanto eurocêntrica devido à sua falha em ir além do escopo da economia política. Isso não ocorreu por necessidade, pois, o arcabouço da economia política não impossibilita uma análise da economia política que transcenda os limites eurocêntricos e etnocêntricos. Dos membros

da Escola de Frankfurt, Marcuse foi aquele que mais consistentemente ensaiou transcender esses limites. Embora essa ampliação da teoria crítica para além dos limites eurocêntricos e etnocêntricos não seja completa em Marcuse, seu alcance é possível devido à incansável busca do autor por uma subjetividade radical<sup>1</sup>.

Essa indagação constante por uma subjetividade radical foi uma resposta à paralisia política da classe trabalhadora e tornou Marcuse mais sensível às lutas sociais que não se restringiam ao âmbito econômico ou que não estavam enraizadas no problema da exploração econômica. A linguagem utilizada em livros como *An Essay on Liberation*, termos como “a grande recusa”, “grupos catalisadores”, “a nova sensibilidade”, apontam para uma consciência crescente de Marcuse a respeito de um amplo espectro de lutas pela liberdade e pelo desenvolvimento máximo da vida humana. Entretanto, a teoria crítica como um todo falhou na correta teorização e resposta a estes movimentos. A incapacidade da teoria crítica em responder à pluralidade de vozes que gritavam por justiça e liberdade é o que impele uma nova geração de teóricos críticos a almejar uma nova teoria crítica. Wilkerson e Paris apontam:

Nós almejamos, todavia, engajar as múltiplas vozes dos teóricos críticos sociais emergentes da atualidade em um movimento coerente (ainda que multivalente) de libertação. Esta antologia agrupa diversas correntes da teoria contemporânea combinadas com as asserções mais recentes do pós-modernismo, feminismo, crítica racial, teoria *queer* e com os ideais mais antigos da teoria crítica social de influência Marxista da primeira e segunda gerações da Escola de Frankfurt. (PARIS, WILKERSON, 2001, p. 1).

Em meu próprio trabalho eu tenho me referido à pluralidade de movimentos de libertação como lutas democráticas, pois, se caracterizam como tentativas de trazer a termo para todas as pessoas as promessas não realizadas da democracia. Promessas tais como liberdade, igualdade de oportunidades, igualdade de direitos, a busca da felicidade, etc., são apresentadas como ideias somente enquanto seus opostos gozam de presença material real em nossas sociedades. Se seguirmos os passos de Marcuse em assumir a tarefa da teoria crítica como a busca de melhoria da vida humana assim como o emprego dos recursos sociais para um desenvolvimento máximo e atendimento das necessidades individuais, então devemos tomar consciência das muitas formas pelas quais a vida humana é tornada miserável em nossas sociedades e as necessidades não são alcançadas. Quais são as fontes das quais a miséria emerge e atinge enormes parcelas da população? Teríamos que aceitar que as formas da miséria humana e suas causas são numerosas, requerendo assim uma multiplicidade de perspectivas e ferramentas teóricas na tentativa de desenvolver uma crítica e uma resposta.

Eu argumentei em outro lugar que a teoria crítica em geral é mobilizada por um impulso ou visão democráticos. Ou seja, a teoria crítica procura

<sup>1</sup> Com relação à busca de Marcuse pela subjetividade radical, veja KELLNER, 2001, p. 85-103. Veja também FARR, 2009.



compreender e desvendar os mecanismos sociais, políticos e culturais que impedem a materialização ou a presença de um modo de vida concretamente democrático, uma vida de liberdade, respeito mútuo pelos outros, direitos e oportunidades iguais, felicidade, etc. Para tanto, a teoria crítica deve emprestar a sua visão crítica para uma ampla variedade de lutas democráticas. Ademais, a mais recente geração de teóricos críticos tem apontado que suas próprias lutas foram largamente ignoradas pelos teóricos críticos anteriores. O projeto assumido por Fraser, Wilkerson, Paris e outros é uma resposta a esse vazio na teoria crítica. A natureza etnocêntrica da teoria crítica tradicional a impediu de teorizar com propriedade a multiplicidade de lutas pela liberdade nas quais parcelas consideráveis da população humana se engajaram. Eu gostaria de apresentar um exemplo histórico para reforçar o meu ponto a esse respeito.

Uma das participantes mais importantes e notáveis na luta pela liberdade dos negros nos EUA é Angela Davis. O fato de que alguém poderá ler uma história da teoria crítica atrás da outra e não encontrará qualquer menção a Angela Davis testemunha acerca da natureza etnocêntrica da teoria crítica. Eu ainda argumentaria que a ausência de Angela Davis das inúmeras histórias da teoria crítica da Escola de Frankfurt também é indicativo de racismo e sexismo tácitos na teoria crítica. Uma breve discussão a respeito da conexão de Davis com a Escola de Frankfurt torna-se necessária para aqueles que não são familiares com sua vida e obra. Eu suspeito que muitos não a conheçam exatamente devido à sua ausência nos trabalhos de teoria crítica.

Angela Davis é uma mulher afro-americana que estudava literatura francesa como estudante de graduação na Brandies University nos anos 1960 enquanto Herbert Marcuse ensinava filosofia na mesma instituição. Devido ao seu desejo de estudar filosofia em paralelo com a literatura francesa, Davis compareceu à aula de Marcuse. Após a aula, Marcuse concordou em trabalhar com Davis conforme esta avançava em seus estudos na Filosofia. Antes mesmo de seu encontro com Marcuse, Davis já se mostrava interessada no Marxismo. Enquanto estudava em Brandies, Davis se dedicou a ler as obras de outros membros da Escola de Frankfurt, tais como Horkheimer e Adorno. Mais tarde, Marcuse recomendaria que Davis estudasse filosofia com seus amigos em Frankfurt, pois, de acordo com ele, aquele era o melhor lugar para se estudar filosofia. No período em que Davis estudava em Frankfurt a luta pela liberdade dos negros começou a se intensificar nos EUA. Ela comenta:

Quanto mais as lutas em casa aumentavam, mais frustrada eu me sentia em ser forçada a participar apenas vicariamente. Eu estava avançando em meus estudos, aprofundando o meu entendimento da filosofia, mas eu me sentia cada vez mais isolada. Eu estava tão distante do campo de batalha que eu não conseguia sequer analisar os episódios da luta. Eu nem mesmo tinha o conhecimento ou compreensão para julgar quais correntes do movimento eram progressivas e genuínas e quais não eram. Eu estava tentando manter um equilíbrio árduo e era absurdamente difícil me sentir parte da tomada de consciência coletiva do meu povo. (DAVIS, 1974, p. 144-145)

Em outro ensaio, Davis pontua:

Eu frequentemente trago a público a minha gratidão a Herbert Marcuse por me ensinar que eu não tinha que escolher entre uma carreira acadêmica e uma vocação política que pressupunha realizar intervenções em questões sociais concretas. Em Frankfurt, quando eu estava com Adorno, eu era desencorajada a buscar modos de ligação entre os meus interesses aparentemente discrepantes em filosofia e ativismo social. Depois da fundação do Partido dos Panteras Negras em 1966, eu me senti muito mais atraída a regressar [aos EUA]. Durante um de meus últimos encontros com ele (os estudantes eram extremamente afortunados se conseguissem arranjar um encontro ao longo do período letivo com um professor do calibre de Adorno), ele aventou que o meu desejo em atuar diretamente em movimentos radicais do período era equivalente ao acadêmico especialista em estudos de mídia que decide se tornar um técnico especializado de rádio. (DAVIS, 2005, p. xi).

Há muitas revelações nas passagens acima que demandam a nossa reflexão. Primeiramente é preciso dizer que é inacreditável que membros da Escola de Frankfurt, os quais foram exilados no início dos anos 1930 nos EUA, sendo que a maioria permaneceu até o final da guerra, não tinham algo a dizer a respeito da evidente opressão da população negra. Embora eles também fossem vítimas do antissemitismo, essa cegueira em relação à opressão dos negros no contexto americano indica um nível de privilégios que tornou tal cegueira possível. Afinal de contas, os negros oprimidos nos EUA não tinham condições de escapar. Parecia provável que os membros da Escola de Frankfurt seriam mais suscetíveis à condição dos negros nos EUA, dado à sua situação na Alemanha. Mas parece que eles estavam demasiado ocupados com sua própria opressão para compreender a opressão dos outros. Adorno cunhou a questão famosa: "A filosofia ainda é possível após Auschwitz?". Uma consideração mais ampla da opressão e da desumanização deveria conduzir à questão da possibilidade da filosofia após a escravidão transatlântica ou após as invasões imperialistas das Américas pelos europeus. Infelizmente, esse avanço imperialista anterior, a colonização, a construção de impérios e a destruição de populações étnicas não chegam a ser considerados entre os eventos catastróficos suficientes para questionar os valores da filosofia após a sua ocorrência.

Enquanto afro-americana Angela Davis não teve o luxo de estabelecer uma distância entre ela e a luta de seu povo por liberdade quando de seu retorno aos EUA. Tendo experimentado, durante toda a sua vida na América, a dor do racismo e o amor por seu povo, as vítimas do racismo estavam existencialmente incorporadas em cada fibra de seu ser. Ela acatou a urgência da luta e do momento. Para ela a luta no retorno ao lar era de fato uma luta de vida e morte, pois, ela tinha relação pessoal com quatro garotas negras que foram explodidas por uma bomba implantada por um grupo supremacista branco em setembro de 1963 na Igreja Batista da Rua Quatorze em Birmingham, Alabama. A mãe de

Davis efetivamente deu carona para a mãe de uma das meninas assassinadas naquele dia para buscar a garota na igreja, sendo que ao chegar ao local descobriram que ela estava morta. Essa menina específica, Carole Robertson, era uma das melhores amigas da irmã caçula de Angela, Fania (DAVIS, 1974, p. 128-129).

A resposta de Adorno ao desejo de Davis em se envolver na luta pela liberdade dos negros nos EUA é bastante etnocêntrica na medida em que revela uma inabilidade na compreensão da urgência do problema racial nos EUA e em outros países. A teoria crítica de Adorno está aprisionada no perímetro de seus próprios interesses. O segundo ponto principal que eu gostaria de ressaltar em relação às duas citações de Davis é que existe uma diferença marcante entre Adorno e Marcuse no que se refere ao relacionamento de Davis com a luta pela liberdade dos negros. Não obstante Marcuse também ser culpado de não enfrentar o problema do racismo para além de menções de passagem, ele ao menos compreendeu a urgência da questão para Davis. Marcuse estava muito mais propenso a apoiar o envolvimento de Davis na luta pela liberdade dos negros do que Adorno. De fato, alguém poderá afirmar que na relação Davis/Marcuse, o último acabou por se tornar aluno da primeira.

Em uma carta de Marcuse para Davis, de 18 de novembro de 1970, Marcuse inicia expressando algumas inquietações que ele tinha a respeito do convite que recebera para escrever a introdução para a publicação de duas palestras sobre Frederick Douglas proferidas por Davis na U.C.L.A.. Marcuse afirma que as palestras lidam com um mundo do qual ele é forasteiro. De qualquer modo, prossegue dizendo que, após uma releitura do prospecto de Davis a respeito de sua dissertação sobre Kant, ele começou a ver a conexão presente na mente dela entre a filosofia e a luta pela libertação dos negros. Depois de comentar sobre como ele foi conscientizado por aquele prospecto e pelas duas palestras sobre Douglas, Marcuse oferece seu apoio ao trabalho e ativismo de Davis. Vale a pena citarmos uma extensa seção do último parágrafo dessa carta.

O mundo no qual você cresceu, o seu mundo (o qual não é meu), estava repleto de crueldade, miséria e perseguição. O reconhecimento desses fatos não demanda tanta inteligência e sofisticação, mas perceber que eles poderiam ser mudados e devem ser mudados exige pensamento, pensamento crítico: o conhecimento sobre como essas condições surgiram, quais forças as perpetuaram e as possibilidades de liberdade e justiça. Essa lição, eu acredito, você aprendeu em seus anos de estudo. E você aprendeu algo mais, a saber, que praticamente todas as figuras de prestígio da civilização ocidental – a mesma civilização que escravizou o seu povo – estavam, em última análise, preocupadas com uma coisa: a liberdade humana... Com isso, você entendeu que a ideia filosófica, a menos que seja uma mentira, deve ser traduzida para a realidade: pois ela contém um imperativo moral que exige sair da sala de aula, do campus e ir ajudar os outros, o seu próprio povo aos quais você ainda pertence – apesar (ou por conta) de seu sucesso no seio do *establishment* branco. Mas você



lutou por todos nós também, aqueles que precisam da liberdade e que desejam a liberdade para todos os que ainda não são livres. Nesse sentido, a sua causa é a nossa causa. (MARCUSE, 2005, p. 50).

Marcuse repetiria esses sentimentos, e sairia em defesa da decisão de Davis em se tornar uma militante negra, em uma entrevista ocorrida em 1969 (MARCUSE, 2014, p. 214-215). A passagem acima demonstra que Marcuse tinha uma sensibilidade para a luta dos negros que aparentemente faltava a Adorno. Marcuse aparentava entender o senso de urgência expressado pelo desejo de Davis em se juntar ao movimento. De fato, parece que Marcuse recuou de sua posição de professor de Davis e se tornou seu estudante no que tange à luta dos negros pela liberdade. De qualquer modo, ainda que mostrasse uma maior sensibilidade para com uma ampla variedade de lutas pela liberdade, a sua orientação teórica ainda era etnocêntrica em certo nível. Note-se: ainda que Marcuse tenha se tornado simpatizante da luta dos negros pela liberdade, ele continuava a falar enquanto um estrangeiro ou um observador distante. Isso é algo compreensível desde que a pessoa não queira assumir uma posição de autoridade em um movimento guiado por outro grupo oprimido.

De qualquer modo, deveria estar claro para nós, hoje, que os teóricos críticos não podem mais sustentar uma posição forasteira em relação a quaisquer lutas por liberdade. A falha de vários movimentos de libertação está em seu isolamento dos demais. Uma nova teoria crítica deve reconhecer a lógica distinta ou o modo de operação de cada forma de opressão enquanto, concomitantemente, permanece consciente dos modos como eles se sobrepõem e se apoiam mutuamente. Este é o foco na próxima seção desse artigo.

#### **4. Teoria crítica como teoria da interseccionalidade**

Na luz da discussão acima, está em nossas mãos a tarefa de redefinir a teoria crítica com o intuito de promover a libertação total da espécie humana e, eu acrescentaria, do meio-ambiente por completo. A minha visão é a de que a teoria crítica ultrapassa o problema do etnocentrismo e alarga o seu escopo emancipatório ao incorporar a perspectiva teórica da interseccionalidade. Essa perspectiva teórica tem sido empregada por feministas negras nos EUA por conta da percepção de que a natureza etnocêntrica do feminismo branco norte-americano não abarca a complexidade da luta das mulheres negras. Por certo, a antiga estudante de Marcuse, Angela Davis, se tornaria uma das precursoras dessa nova corrente teórica. A citação da descrição da interseccionalidade fornecida pela socióloga feminista negra Patricia Hill Collins nos será de grande ajuda. Collins escreve:

Como um mecanismo heurístico, a interseccionalidade refere-se à habilidade dos fenômenos sociais tais como raça, classe e gênero de se construírem mutuamente. É possível que alguém se utilize da perspectiva da interseccionalidade para refletir sobre as instituições sociais, as estruturas organizacionais, os padrões de interação social e outras práticas sociais em todos os níveis da

organização social. Os grupos são erigidos dentro dessas práticas sociais, com cada grupo formulando uma constelação distinta de experiências baseadas em seu posicionamento na hierarquia das relações de poder. Mulheres afro-americanas, por exemplo, podem ser vistas tanto como um grupo que ocupa uma posição social distintiva dentro das relações de poder da interseccionalidade quanto como um no qual os processos interseccionais caracterizam as auto-definições e ações do coletivo de mulheres negras. Independente se somente a perspectiva racial ou apenas a perspectiva de gênero classifica as mulheres afro-americanas como um subgrupo de mulheres afro-americanas, as intersecções de raça, classe e gênero, entre outras, estabelecem fronteiras mais fluidas e maleáveis ao redor da categoria "afro-americano". (COLLINS, 1998, p. 205).

A ponderação acerca da natureza complicada de suas próprias identidades e do modo como nenhuma luta individual por libertação foi capaz de teorizar e responder devidamente a essas identidades é o que levou as feministas negras à noção de interseccionalidade. Pode-se notar na passagem acima que o conceito de interseccionalidade não está muito distante do modo que Stanley Aronowitz teorizou a formação de classe e a relação entre classes e blocos de poder. As feministas negras também reconheceram a fluidez da formação de grupos sociais e o arranjo hierárquico desses grupos. A asserção mais importante aqui é a de que raça, classe social/econômica, gênero e sexualidade se constroem mutuamente. Essas formas de identidade e as formas de opressão que estão conectadas a elas não se desenvolvem isoladas uma das outras de maneira unilateral.

Enquanto algumas feministas negras tendem a colocar o foco nos modos pelos quais estas formas de identidade (ou, eu diria, demarcações sociais) intersectam em seus próprios corpos, também podemos vislumbrar como raça, classe, gênero e sexualidade se constroem mutuamente como formas de discurso social. Isso é importante para a nossa análise e para o avanço do desenvolvimento da teoria crítica. Seria possível objetar que as mulheres negras nos EUA são posicionadas socialmente de tal forma que elas possuem uma vantagem epistêmica com relação ao entendimento do modo como diferentes formas de dominação atuam em conjunto. O corpo delas é a tábua na qual as formas de opressão racial, sexual, homofóbica e de classe se inscrevem e intersectam. A posição social delas é tal que quase todas as formas de desvantagem econômica e social agem sobre elas e definem as suas expectativas na vida.

Em outro nível de análise pode-se ver que as operações opressivas do sexismo, racismo, homofobia e desigualdade econômica não apenas se inscrevem no corpo da população subjugada, como também organizam e posicionam os indivíduos e os grupos dentro de domínios específicos de discurso e de *status* social e econômico. Os grupos sociais que são dominados pela classe dirigente são organizados, não por si próprios visando a revolução ou a mudança

social qualitativa, mas ao contrário, pela classe dirigente com o propósito de inculcá-lhes a aceitação cega de sua sujeição.

É verdade que a teoria crítica da Escola de Frankfurt se interessou em analisar os modos pelos quais a população oprimida acatou a sua opressão. Para tanto, eles se voltaram para a psicanálise como apoio na compreensão da psique da classe trabalhadora. O primeiro capítulo de *O homem unidimensional*, de Marcuse, começa com uma das mais impactantes declarações que eu já li. Ele diz: “Uma falta de liberdade confortável, suave, razoável e democrática prevalece na civilização industrial desenvolvida, um testemunho de progresso técnico” (MARCUSE, 1964, p. 1). Colocado de modo simples, estamos em uma época na qual os grupos e indivíduos subjugados são complacentes com sua sujeição. A opressão não é mais realizada pela força, mas pela aceitação. O sistema apazigua apenas o suficiente para manter as pessoas em seus lugares na hierarquia social, política e econômica. Nesse livro, Marcuse examina os mecanismos sociais, políticos e culturais que estimulam os oprimidos a se identificarem com os seus opressores. Essa forma de análise é familiar a todos nós, portanto, eu não irei me alongar nela. Eu apenas gostaria de sugerir que esse nível de análise ainda é necessariamente unilateral. Eu acredito que incluir a noção de interseccionalidade na teoria crítica ajudará a superar a falta de visão da teoria crítica e a conduzirá para além do etnocentrismo. Como conclusão, proponho um exemplo de como a perspectiva da interseccionalidade é capaz de nos ajudar a compreender o embaraçoso momento presente da política eleitoral norte-americana.

Eu acabei de escrever um artigo que será submetido a um período popular ou a uma revista política. O texto foi intitulado “The Chickens Have Come Home to Roost: The Republican Establishment and the Creation of Donald Trump”. Existem pelo menos duas abordagens que um teórico crítico poderá assumir de modo a explicar o embaraçoso fenômeno Trump nos EUA. Em primeiro lugar temos a abordagem realizada por nosso amigo Doug Kellner que retoma os estudos primordiais da Escola de Frankfurt a respeito da personalidade autoritária. Essa abordagem é correta, mas pode ser reforçada por outra asserção, a saber, aquela provinda da perspectiva da interseccionalidade. Essa é a abordagem que eu assumo. A nomeação de Donald Trump como o candidato à presidência republicano causou uma cisão significativa no Partido Republicano. Muitos membros do famoso *establishment* republicano tentaram se afastar de Trump. Trump é tratado como um tipo de anomalia que apareceu de não se sabe onde. No entanto, Trump não é uma anomalia, ele é o produto direto do *establishment* republicano. Ele está para o *establishment* republicano da mesma forma como o monstro Frankenstein está para o Dr. Frankenstein. Classe, gênero, raça e sexualidade desempenham um papel conjunto na produção de Donald Trump. Em primeiro lugar, é preciso reconhecer que ambos os partidos políticos nos EUA são dominados pelos interesses da classe dirigente. Entretanto, o racismo, a homofobia e o sexismo do Partido Republicano são um bocado mais visíveis. Não há espaço aqui para discorrer sobre a relação entre os dois partidos e a classe dirigente. Portanto,

me restrinjo a demonstrar a utilidade da perspectiva da interseccionalidade para a compreensão da cena política atual.

Embora o Partido Republicano historicamente tenha desenvolvido políticas que beneficiam os ricos em detrimento dos pobres, eles conseguem angariar um suporte impressionante das populações pobres da classe trabalhadora. A vasta maioria dos pobres republicanos são cristãos evangélicos brancos. O *establishment* republicano astuciosamente usou o racismo, o sexismo, a homofobia e a xenofobia, assim como algumas crenças religiosas conservadoras bastante extremas para manter o suporte da classe trabalhadora enquanto continua a explorá-los economicamente. A exploração econômica continua, em grande parte, pelo fato da direita ter sido capaz de manter os membros da classe trabalhadora lutando entre si. O racismo tem sido uma ferramenta muito efetiva no fomento dessa luta entre membros da classe trabalhadora. Esse racismo veio à tona depois da eleição presidencial de 2008. A reação negativa ao primeiro presidente negro eleito foi algo que eu jamais havia visto em toda a minha vida. Houve inúmeras manifestações racistas disfarçadas assim como outras totalmente explícitas. A ascensão do Tea Party e a reivindicação por “tomar nosso país de volta” ocorreram em um contexto no qual os negros eram tomados como o “outro”, o menos americano. Pessoas como Dylan Roof (o jovem supremacista branco que atirou e assassinou vários negros em uma igreja da comunidade negra em Charlestown, SC) alegariam que “eles (os negros) estão assumindo o controle”. Donald Trump passaria a jogar com as sensibilidades racistas de muitos americanos brancos da classe trabalhadora ao levantar dúvidas sobre Obama ser realmente cidadão americano. Ele forçaria Obama a revelar sua certidão de nascimento como prova de sua cidadania americana. Nenhum membro do *establishment* republicano se opôs ao comportamento de Trump. Ao contrário, eles fizeram tudo que estava ao alcance para ajudar no enfraquecimento de Obama. Eles realmente pensaram que se beneficiariam do ataque de Trump ao presidente, pois, evitariam de eles mesmos terem de atacá-lo. O *establishment* republicano permitiu que Trump massageasse as sensibilidades racistas da classe trabalhadora branca e, com isso, chegasse à conjuntura atual na qual Trump se tornou o candidato oficial do partido.

Eu utilizo o fenômeno Trump como um exemplo da necessidade de uma análise interseccional das variadas formas nas quais a exploração de classe, o racismo, a xenofobia e outras formas de opressão funcionam juntas para manter cada forma de opressão singular. O racismo de muitos brancos da classe trabalhadora nos EUA os impede de ser solidários com os negros da classe trabalhadora e tolhe a possibilidade de trabalharem em conjunto para criar um movimento multirracial pela justiça econômica. Como mencionei anteriormente, Stanley Aronowitz discute em detalhes os vários registros na história dos EUA e do mundo nos quais houve ensejo para um movimento multirracial contra o capitalismo. Esses momentos cheios de possibilidade não testemunharam o nascimento de tal movimento devido ao racismo e ao sexismo em alguns casos.

Se a teoria crítica precisa desvencilhar-se de uma postura etnocêntrica, e viver de acordo com suas próprias reivindicações, para deixar claro a exigência



humana pela satisfação das necessidades e por uma vida mais feliz, então ela deve desenvolver uma análise sobre o modo como as múltiplas formas de opressão alcançam em conjunto algo que é vedado à luta progressista pela mudança social. A perspectiva da interseccionalidade herdada das feministas negras constitui-se em um corretivo necessário.

## REFERÊNCIAS

ARONOWITZ, Stanley. **How Class Works: Power and Social Movement**. New Haven and London: Yale University Press, 2003.

COLLINGS, Patricia Hill. **Fighting Words: Black Women & the Search for Justice**. Minneapolis and London: University of Minnesota Press, 1998.

DAVIS, Angela. **Angela Davis: An Autobiography**. New York: International Publishers, 1974.

DAVIS, Angela. "Marcuse's Legacies". In: **Herbert Marcuse: The New Left and the 1960's**, edited by Douglas Kellner. London and New York: Routledge, 2005.

FARR, Arnold Lorenzo. **Critical Theory and Democratic Vision: Herbert Marcuse and Recent Liberation Philosophies**. Lanham, Boulder, New York, Toronto, Plymouth, UK: Lexington Books, 2009.

FRASER, Nancy. "What's Critical About Critical Theory?". In: **Feminists Read Habermas: Gendering The Subject Of Discourse**, edited by Johanna Meehan. New York: Routledge, 1995.

HORKHEIMER, Max. "Traditional and Critical Theory". In: **Critical Theory: Selected Essays**, translated by Matthew J. O'Connell and others. New York: The Seabury Press, 1972.

KELLNER, Douglas. "Marcuse and the Quest for Radical Subjectivity". In: **New Critical Theory: Essays on Liberation**, edited by William Wilkerson and Jeffrey Paris. Lanham, Boulder, New York, Oxford: Rowman & Littlefield, 2001.

MARCUSE, Herbert. **One-Dimensional Man**. Boston: Beacon Press, 1964.

MARCUSE, Herbert. "Philosophy and Critical Theory". In: **Negations: Essays in Critical Theory**, translated by Jeremy J. Shapiro. Boston: Beacon Press, 1969.

MARCUSE, Herbert. "Dear Angela". In: **Herbert Marcuse: The New Left and the 1960s**, edited by Douglas Kellner. London and New York: Routledge, 2005.





MARCUSE, Herbert. "Angela Davis and Herbert Marcuse". In: **Herbert Marcuse: Marxism, Revolution, and Utopia**, edited by Douglas Kellner. London and New York: Routledge, 2014.

MARCUSE, Herbert. **Paris Lectures at Vincenne**, edited by Peter-Erwin Jansen and Charles Reitz. Salisbury University, Maryland (USA): International Herbert Marcuse Publish, 2015.

MILLS, Charles. **From Class to Race: Essays in White Marxism and Black Radicalism**. Lanham, Boulder, New York, Oxford: Rowman & Littlefield, 2003.

PARIS, Jeffrey; WILKERSON, William S. **New Critical Theory: Essays on Liberation**. Lanham, Boulder, New York, and Oxford: Rowman and Littlefield Publishers, 2001.

Recebido em: 03 de março de 2023.

Aceito em: 12 de maio de 2023.

Publicado em: 17 de junho de 2023.

